



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE  
ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**JAIRO DA SILVA  
MARLY DA SILVA SANTOS**

**A PERCEPÇÃO DOS JOVENS ESCOLARES SOBRE OS DIREITOS JUVENIS:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DE ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA  
MARIA ZENITE DOS SANTOS**

**São Cristóvão – SE  
Janeiro de 2016**

**JAIRO DA SILVA  
MARLY DA SILVA SANTOS**

**A PERCEPÇÃO DOS JOVENS ESCOLARES SOBRE OS DIREITOS JUVENIS:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DE ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA  
MARIA ZENITE DOS SANTOS**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).**

**Eixo temático:** Sistema de Garantias e Efetivação dos Direitos Infanto-juvenis.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriane Alvaro Damascena.

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Leal Fontes A. Leopoldo.

**São Cristóvão – SE  
Janeiro de 2016**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Jairo, 2016

A percepção dos jovens escolares sobre os direitos juvenis: uma análise a partir de alunos do Colégio Estadual professora Maria Zenite dos Santos / Jairo da Silva, Marly da Silva Santos. – 2016. 57 f.: 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Adriane Alvaro Damascena.

Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Denise Leal Fontes A. Leopoldo.

Plano de Intervenção / Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Sistema de Garantias e Efetivação dos Direitos Infanto-juvenis, 2016.

1. Direitos infanto-juvenis. 2. Jovens Escolares. 3. Vulnerabilidade social. I. Damascena, Adriane Alvaro. II. A percepção dos jovens escolares sobre os direitos juvenis: uma análise a partir de alunos do Colégio Estadual professora Maria Zenite dos Santos.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE  
ESCOLAR  
(ESCOLA QUE PROTEGE)**

**COMISSÃO JULGADORA**

**Plano de Intervenção dos docentes Jairo da Silva e Marly da Silva Santos defendido e aprovado em 25/01/2016 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:**

---

**Profª Drª. Denise Leal Fontes Abano Leopoldo**

---

**Profª Drª. Adriane Alvaro Damascena (orientadora)**

---

**Profª MS. Anabela Maurício de Santana**

## AGRADECIMENTOS

Acima de tudo somos gratos a Deus pela força e perseverança que sempre nos destes, principalmente, nos momentos mais difíceis de construção desse trabalho. Agradecemos também a nossa família pelo apoio e aos meus colegas de curso pelo companheirismo e compartilhamento de saberes durante essa experiência.

Esse momento ainda é oportuno para agradecer aos professores pela confiança e conhecimento transmitido e construído durante o curso, em especial à orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriane Alvaro Damascena e coorientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Leal Fontes A. Leopoldo pela paciência, ensinamentos e comprometimento no processo de elaboração do Projeto de Intervenção.

É preciso agradecer ainda à comunidade escolar do Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos pela recepção e acolhimento durante a realização do trabalho, especialmente, os alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio, fontes de inspiração na construção da pesquisa. Obrigado por tudo!

## RESUMO

Os direitos reservados à juventude no Brasil insere-se no debate político a partir da redemocratização do Brasil em 1985. Diferentes segmentos da sociedade civil, intelectuais e movimentos sociais pressionaram a formulação de leis e políticas públicas afirmativas direcionadas a esse grupo social ante a probabilidade de vulnerabilidade socioeconômica a qual o mesmo está sujeito. Trata-se de ações recentes, cujos principais documentos em defesa dos direitos infanto-juvenis são datados das últimas três décadas: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013). O descaso histórico no tratamento desses indivíduos resulta em uma sociedade marcada pela desigualdade e exclusão, contexto também visualizado na escola, espaço que, por sua vez deveria alicerçar a sua formação educacional, cidadã e para o exercício profissional qualificado. Problemas semelhantes aos mencionados anteriormente foram identificados no Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos, situado no povoado Lagoa Redonda, município de Porto da Folha/SE. Consiste em entraves atrelados a deficiência na formação educacional, que contribuem no aguçamento de problemáticas que atingem diretamente os jovens escolares como a tendência ao não ingresso no ensino superior, desqualificação profissional, inserção no mercado informal, desemprego e deficiência econômico-financeira. Desse modo, o presente plano de intervenção tem como objetivo analisar as percepções dos alunos em situação de vulnerabilidade social acerca dos seus direitos juvenis. A metodologia adotada está baseada em uma revisão bibliográfica a partir de referenciais teóricos e documentos legais que tratam sobre a educação no Brasil e os direitos infanto-juvenis. Posteriormente, foram realizadas visitas de campo na escola e aplicados os diagnósticos escolar e social com a finalidade de obtenção de informações acerca da estrutura pedagógica da instituição de ensino, bem como, o perfil social dos alunos alvo da pesquisa. Espera-se com esse plano de intervenção estimular o pensamento crítico-reflexivo dos discentes sobre seus direitos juvenis, bem com, contribuir na garantia a seguridade social, econômica, educativa e profissional desses jovens.

**Palavras-chaves:** Diretos infanto-juvenis. Jovens Escolares. Vulnerabilidade social.

## ABSTRACT

The copyright youth in Brazil is part of the political debate from the re-democratization of Brazil in 1985. Different segments of civil society, intellectuals and social movements pressured the formulation of laws and affirmative public policies aimed at this social group against the likelihood of socio-economic vulnerability to which it is subjected. Its recent actions, the main documents in defense of child and adolescent rights are dated the last three decades: Federal Constitution of 1988, Statute of Children and Adolescents - ECA (Law No. 8.069 / 1990) and the Statute of Youth (law No. 12,852/2013). The historical neglect in the treatment of these individuals results in a society marked by inequality and exclusion, context also displayed in school space that in turn should base their educational background, citizen and qualified practice. Similar problems to those mentioned above were identified in the State High School Professor Maria Zenite dos Santos, located in the Povoado Lagoa Redonda, municipality of Porto da Folha / SE. It consists of barriers linked to deficiency in educational training, which contribute to sharpening problems that affect school youth directly to the tendency not to enter higher education, professional disqualification, inclusion in the informal market, unemployment and economic and financial disability. Thus, this action plan aims to analyze the perceptions of students in socially vulnerable youth about their rights. The methodology is based on a literature review from theoretical frameworks and legal documents that deal with education in Brazil and the children and youth rights. Later, there were field trips in school and applied the educational and social diagnostics for the purpose of obtaining information about the pedagogical structure of the educational institution as well as the social profile of the target of the research students. It is hoped that this intervention plan to stimulate critical and reflective thinking of students about their youth rights, and to contribute in ensuring social security, economic, educational and professional these young people.

**Keywords:** children and youth rights. School youth. Social vulnerability.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1: Vista frontal do Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	28
Figura 2: Espaço interno da Direção Escolar, 2015.....	29
Figura 3: Pátio escolar, 2015.....	29
Figura 4: Espaço interno da sala de aula, 2015.....	29
Figura 5: Horta escolar, 2015.....	29
Figura 6: Cantina, 2015.....	29
Figura 7: Banheiros, 2015.....	29
Gráfico 1: Percepção dos alunos sobre a escola – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos – 2015.....	32
Gráfico 2: Famílias beneficiadas pelo programa bolsa família – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	33
Gráfico 3: Participação da família nas atividades da escola – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	34
Gráfico 4 – Perspectivas com o término do ensino médio – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	37
Gráfico 5 – Fatores motivadores para o profissionalismo bem sucedido – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	38

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Número de alunos por idade – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	31
Tabela 2: Deslocamento dos alunos para a escola – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	35
Tabela 3: Atividades extraclasse – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	36
Quadro 1: Objetivos do plano de intervenção – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	41
Quadro 2: Atividades do plano de intervenção – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	42
Quadro 3: Planilha orçamentária dos recursos utilizados no plano de intervenção – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	44
Quadro 4: Cronograma – Colégio Estadual Prof <sup>a</sup> Maria Zenite dos Santos, 2015.....	45

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	7
LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS .....	8
LISTA DE TABELAS E QUADROS .....	9
SUMÁRIO.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
Objetivo Geral .....	12
Objetivos Específicos .....	12
Justificativa.....	12
Metodologia.....	14
CAPÍTULO I: JUVENTUDE, DIREITOS E ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO- CONCEITUAIS .....	16
CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO .....	28
2.1. DIAGNÓSTICO ESCOLAR.....	28
2.2. DIAGNÓSTICO SOCIAL .....	31
CAPÍTULO III: PLANO DE INTERVENÇÃO .....	40
3.1. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES .....	41
3.2. RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS .....	43
3.3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA .....	44
3.4. METAS E RESULTADOS ESPERADOS .....	44
3.5. CRONOGRAMA .....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	46
REFERÊNCIAS .....	48
ANEXOS .....	50
ANEXO I: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	51
ANEXO II: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES).....	52
ANEXO III: MODELO DA CARTA DE COMPROMISSO DE PESQUISA.....	53
ANEXO IV: DIAGNÓSTICO SOCIAL .....	56
ANEXO V: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO .....	57

## INTRODUÇÃO

Os direitos voltados à juventude que se projetam atualmente no Brasil resultam de um processo histórico recente, cujo principal marco inicial foi a redemocratização do país em 1985, que pôr fim a 21 anos de ditadura militar. Por sua vez, é a Constituição Federal de 1988 que encaminha legalmente esse processo de redemocratização.

Outras leis e políticas afirmativas direcionadas aos grupos infanto-juvenis em consonância com a Constituição Federal foram criadas com o objetivo de assegurar direitos específicos a esses segmentos diante das condições de vulnerabilidade social, econômica e ameaças a integridade física e psicológica que, não raro os atingem. Dentre essas se destacam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394/1996) direcionadas a promoção da educação as crianças, aos adolescentes, aos jovens e adultos escolares e mais recentemente o Estatuto da Juventude.

No que diz respeito aos segmentos alvos da presente pesquisa, ou seja, jovens inseridos no ensino médio da educação básica pública observa-se que a educação formal consiste um importante mecanismo de legitimação dos direitos e obtenção de seguridade social, econômica e profissional. Nesse contexto, o ensino médio configura-se como uma etapa fundamental, haja vista, que dentre seus propósitos sobressaem à preparação básica e qualificada para o trabalho e a formação cidadã do indivíduo.

Convergindo com a abordagem anterior, o presente plano de intervenção tem o objetivo de analisar a percepção dos jovens escolares do ensino médio acerca dos seus direitos juvenis e da estrutura sócio-pedagógica da instituição a qual estão inseridos.

O lócus da pesquisa foi o Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos, situado no povoado Lagoa Redonda, Porto da Folha/SE. Dentre os aspectos a serem analisados, destacam-se as possíveis contribuições ou não do ensino médio na construção de perspectivas futuras para os adolescentes e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, bem como, os problemas e as reivindicações dos discentes sobre o contexto educacional ao qual estão incluídos.

O povoado de Lagoa Redonda é formado por, aproximadamente 1700 habitantes, que exercem, predominantemente, atividades econômicas atreladas à agropecuária e a produção de derivados de leite (queijo coalho, manteiga e requeijão de manteiga) (IBGE, 2016). Trata-se de um tecido social histórico e culturalmente associado à dinâmica do espaço rural.

Ao atrelar empiricamente a realidade da comunidade escolar e as concepções teóricas e legais a respeito da educação básica e do ensino médio nos deparamos com as seguintes questões norteadoras: a escola atende aos anseios dos jovens escolares? A instituição de ensino contribui no debate em torno dos direitos infanto-juvenis? Em que medida a escola estimula a formação de jovens preparados e comprometidos no desenvolvimento do espaço rural ao qual vivem? Quais as perspectivas desses sujeitos sobre os grupos sociais e juvenis ao qual fazem parte?

No que diz respeito aos questionamentos da pesquisa, existe um nítido vácuo entre a conjuntura sócio-pedagógica da instituição de ensino e os direitos dos jovens, bem como, um descrédito entre os discentes acerca da contribuição da escola na sua formação educacional, cidadã e profissional.

Com o propósito de instigar as análises em torno das indagações e construir um plano de intervenção em consonância com os entraves identificados, estão elencados posteriormente os principais objetivos da pesquisa.

### **Objetivo Geral**

- Analisar as percepções dos jovens escolares em situação de vulnerabilidade social acerca dos seus direitos juvenis.

### **Objetivos Específicos**

- Identificar os principais entraves sócio-pedagógicos que comprometem a garantia de uma educação de qualidade.
- Sugerir mecanismos e ações que solucionem as problemáticas em torno dos direitos juvenis.

### **Justificativa**

O descrédito dos alunos acerca da educação escolar tem sido um dos principais problemas apontados por professores e especialistas sobre educação. Contribuem para essa conjuntura a precarização da escola pública brasileira, a desvalorização da profissão docente, estrutura física escolar degradada, fragilidade socioeconômica da família e ínfima

relação entre a realidade vivida pelo aluno e os componentes curriculares trabalhados em sala de aula. Somado a isso, verifica-se o aguçamento da problemática em decorrência da vulnerabilidade social, a qual muitos dos jovens estão sujeitados.

Para Gomes e Pereira (2004) a vulnerabilidade social está ligada diretamente à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lançam as famílias pobres ao desemprego ou subemprego. No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, a situação de vulnerabilidade é aguçada pela ineficiência de políticas de seguridade social (educação, saúde, segurança e emprego) e pela permanência das desigualdades econômicas entre as classes.

Conforme previamente identificado, esses entraves se fazem presentes na comunidade escolar alvo do presente plano de intervenção, fator que justifica a importância da efetivação desse projeto pedagógico.

Sendo assim, Hagemeyer (2004) destaca os mecanismos que professores e instituições de ensino devem desempenhar na tentativa amenizar ou solucionar os problemas sociais e culturais que atrelados à vida e ao cotidiano dos discentes interagem diretamente com a escola.

Diferentes entidades políticas incentivam estudos voltados para juventude, especialmente, por se tratar de um segmento mais sujeito as transformações do espaço pós-moderno e ao comprometimento da integridade física, social e econômica. Nessa conjuntura, órgãos governamentais foram criados na última década com a finalidade de solucionar os problemas que atingem a juventude e incentivar a criação de políticas públicas para tais indivíduos.

Destacam-se nessa conjuntura as ações da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) responsável por articular os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos e fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude brasileira, que tem por objetivos assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) na formulação de diretrizes de ação governamental, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e assegurar a condução pelo Governo Federal de uma Política Nacional da Juventude (BRASIL, 2006).

É preciso enfatizar ainda que inseridos em uma realidade atrelada à dinâmica do espaço rural, não raro, os educandos são estereotipados e excluídos social e culturalmente

em meio a uma sociedade e professores urbanitas que, contrariamente, vislumbram o espaço urbano enquanto símbolo de modernidade, desenvolvimento e progresso e, em contrapartida, pré-concebe o campo enquanto sinônimo de atraso, incivilidade e problema.

Executar o plano de intervenção em uma comunidade escolar rural é contribuir na realização de pesquisas e estudos, que retratem as reais reivindicações e problemáticas dos jovens escolares do campo. As propostas também contribuem na composição de referenciais teóricos, que superem o contraditório discurso midiático, político e, inclusive, acadêmico que, recorrentemente, atribui ao campo à condição de problema.

Logo, a não garantia de uma educação básica de qualidade com base nos direitos infanto-juvenis compromete o prosseguimento dos educandos com suas atividades escolares e fere o Estatuto da Juventude, que defende a seguridade educacional, social e econômica dos jovens. A seguir serão retratados os procedimentos metodológicos adotados na construção teórica e empírica do plano de intervenção e do diagnóstico social aplicado aos discentes.

## **Metodologia**

Essa pesquisa possui uma conjuntura metodológica qualitativa ancorada nos postulados do Curso “Escola que Protege”, especificamente, no material didático produzido por Cristiane Jacquet (2015) e está baseada em três principais componentes de pesquisa:

- Levantamento bibliográfico;
- Elaboração e aplicação do diagnóstico social e de aprendizagem;
- Visitas de campo na instituição de ensino.

Desse modo, inicialmente a pesquisa esteve alicerçada na revisão da literatura, a partir da leitura e análise de textos e artigos científicos publicados em eventos acadêmicos e periódicos, bem como, a interpretação de documentos legais atrelados à educação básica de ensino e aos programas e políticas afirmativas voltadas para a juventude. Além do aporte teórico, fundamental na construção do plano de intervenção, as discussões bibliográficas permitiram a superação de questionamentos conceituais vinculados à temática.

Após essa etapa foi elaborado o diagnóstico social com perfil qualitativo e quesitos semiestruturados associados a perguntas abertas e análise imagética e textual de

quadrinhos (RODRIGUES; SCOZ, 2012), que foram aplicados a 24 alunos do 2º e 3º ano do ensino médio com faixa-etária entre 16 e 32 anos.

Como o alvo da pesquisa eram os educandos em situações de vulnerabilidade social, participaram do diagnóstico os aprendizes que apresentassem os seguintes pré-requisitos: renda familiar inferior a um salário mínimo e estarem cursando pelo menos seis meses do ensino médio na instituição.

Algumas informações e dados obtidos no diagnóstico social foram convertidos em tabelas, gráficos e quadros com a finalidade de uma análise mais precisa da dinâmica social a qual os jovens estão incluídos, bem como, a conjuntura pedagógica da instituição de ensino.

Vale ressaltar ainda, a importância das observações empíricas durante as visitas na escola, que possibilitaram o aguçamento de percepções acerca do perfil social dos educandos e da estrutura física e didático-pedagógica da escola.

Além da introdução, dos objetivos, da justificativa e da metodologia utilizada, o plano de intervenção segue estruturado com um capítulo teórico, que versa sobre os jovens e a política nacional da juventude, além de contribuições da educação formal na garantia de um ensino de qualidade e dos direitos infanto-juvenis.

Posteriormente, no capítulo 2 são apresentadas as análises do diagnóstico escolar e social com ênfase para o perfil dos alunos entrevistados e suas percepções sobre a temática trabalhada.

No capítulo 3 é discutido o plano de intervenção com destaque para os objetivos propostos, as ações pedagógicas e os resultados da pesquisa. Por fim, são mencionadas as considerações finais e as referências utilizadas.

## **CAPÍTULO I: JUVENTUDE, DIREITOS E ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS**

As abordagens em torno dos direitos infanto-juvenis não consistem em uma prática estanque, trata-se de discussões que recorrentemente ganham espaço no meio acadêmico, publicações científicas, mídia, redes sociais, instituições políticas e organizações não governamentais.

Os temas reportados e os pensamentos difundidos adéquam-se em diferentes temporalidades aos anseios da sociedade, aos projetos político-econômicos e aos ideais de pensadores e movimentos sociais, civis e políticos. Todavia, apesar do intenso e longínquo debate, diversos direitos foram negados, principalmente à juventude, que somente a partir do ano de 2013 passou a dispor de um estatuto (uma vez que o ECA/1990 diz respeito à criança e ao adolescente), que reporta sobre seus direitos e as diretrizes das políticas públicas afirmativas voltadas para esse grupo social (BRASIL, 2013b).

Por sua vez, a escola, enquanto instituição de formação humana e educacional, deve assegurar aos jovens condições satisfatórias para o exercício da cidadania e para o trabalho qualificado, todavia, não é isso que recorrentemente acontece. A educação formal para a juventude no Brasil não atingiu o nível de qualidade que garantisse a todas crianças e jovens o acesso ao conhecimento adequado e a seguridade dos direitos e deveres.

Diante disso, inserem-se nesse debate teórico as discussões sobre as percepções dos jovens sobre seus direitos. No subcapítulo seguinte serão abordadas algumas concepções sobre o que definimos como jovem e a política institucional do Brasil destinada a esse segmento.

### **1.1. O QUE CHAMAMOS DE JOVENS?**

O que se compreende por jovem, ou o que seja juventude é resultado de uma construção social e também discursiva, baseada em um complexo de esferas. No entanto, é preciso admitir que a formulação das diferentes abordagens acerca desse segmento, não raro, reduz-se a concepções cristalizadas por adultos e instituições, que não levam em consideração as perspectivas e entendimentos dos próprios jovens sobre o que eles são e o que representam para a sociedade (BRASIL, 2013a).

Estudos realizados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) apontam que a juventude atualmente é vislumbrada, estereotipicamente pela

sociedade a partir de duas concepções divergentes: uma primeira pautada no elogio, num processo em que todos querem manter as características joviais, especialmente referentes à disposição, a energia, a estética corporal e a busca pelo novo. Por outro lado, verifica-se a criação de representações pré-concebidas sobre os jovens, que os associam a condição de problema, descompromisso político-social e incompletude intelectual.

É muito comum que se produza uma imagem da juventude como uma transição, passagem; o jovem como um vir a ser adulto. A tendência, sob esta perspectiva, é a de enxergar a juventude pelo lado negativo. O jovem é aquele que ainda não se chegou a ser. Nega-se assim o presente vivido. Desta forma, é preciso dizer que o jovem não é um pré-adulto. Pensar assim é destituí-lo de sua identidade no presente em função da imagem que projetamos para ele no futuro (BRASIL, 2013a).

Sposito e Carrano (2003) são enfáticos ao mencionarem que as imagens sobre os jovens são ambíguas. Para os autores, os atributos positivos a esse segmento pressupõem a importância e responsabilidade desses indivíduos no que concernem as mudanças sociais, todavia, são ainda mais acentuadas as dimensões negativas sobre a juventude vista enquanto problema e desvio social.

Conforme Sposito e Carrano (2003), não se trata de negar a instabilidade associada a determinados problemas sociais que atingem, principalmente os jovens (criminalidade, violência, alcoolismo, suscetibilidade as doenças sexualmente transmissíveis, desemprego, tráfico e uso de drogas). Esse é um contexto, histórico e socialmente, evidenciado pela literatura que, por sua vez, não pode ser negado. Todavia, os autores questionam sobre o que ao longo do tempo tem sido feito para reverter essa conjuntura, ou melhor, qual a real finalidade das políticas e ações desempenhadas. Nessa perspectiva, as políticas voltadas para esse segmento são marcadas, principalmente pelo fracasso diante do descompromisso público e da contradição inerente às próprias ações. As atenções voltadas para os jovens, não necessariamente têm como objetivo primordial a preservação da juventude, pelo contrário, as medidas tomadas buscam, recorrentemente, a manutenção da paz social, desconsiderando a importância desses indivíduos na composição da sociedade.

Pensando de modo sistemático, mas, sem reproduzir uma concepção reducionista, muitos estudiosos, instituições públicas, organizações e documentos, inclusive o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013b), consideram o início da juventude na fase intermediária da adolescência, aproximadamente os 15 anos – período marcado por significativas transformações biológicas e psicológicas no indivíduo –, prosseguindo até a faixa-etária de

29 anos. Trata-se de uma fase de descobertas, procriação e formação de uma nova família, de busca pela consolidação do projeto de vida e de assume de responsabilidades financeiras (BRASIL, 2013a).

Conforme observado, trata-se de um período inerente a consolidação da educação formal, que na educação básica corresponde ao ensino médio. Desse modo, a escola, enquanto agente de formação cidadã e transformação social, deve contribuir na emancipação qualitativa da juventude.

Entretanto, Esteban (2007) destaca que a escola pública tem negado esse papel aos diferentes segmentos de jovens, que buscam na educação, muitas vezes, a única possibilidade desenvolvimento social, econômico e intelectual.

Domingues, Toschi e Oliveira (2000) retratam que historicamente as políticas educacionais para os jovens escolares, especialmente as políticas curriculares e pedagógicas não apresentam bons resultados e, predominantemente fracassam. Os autores destacam que o insucesso das reformas pedagógicas das décadas de 1960 e 1970, deveu-se, basicamente,

À ausência de financiamento do processo de manutenção e investimento e à falta de uma política “agressiva” de formação de professores e de recursos humanos em geral. Deveu-se também à ausência de uma política de adequação do espaço e da infra-estrutura pedagógica, além da inexistência de uma política editorial que superasse o passado (p.64).

De modo geral, para esses autores o fracasso das políticas curriculares no Brasil deve-se a não continuidade da sua promoção, recorrentemente, caracterizada enquanto uma política de governo, cujo período é determinado pelo fim e início do mandato. Esse é um contexto que perdura até a atualidade.

Esteban (2007) retrata que a escola pública brasileira pouco responde aos anseios e reivindicações da juventude. Para o autor, os desafios centrais das instituições de ensino devem está em concordância com “a promoção de ações capazes de fazer da escola pública uma escola de educação popular e não meramente uma escola para as classes populares” (ESTEBAN, 2007, p.11). A qualidade dessa escola vincula-se a promoção de práticas pedagógicas condizentes com a diversidade dos jovens escolares e que tenham como principal finalidade a emancipação social dos educandos.

Por outro lado, é preciso superar o pensamento acerca do jovem enquanto um ser incompleto sujeito a modelagem a partir dos ditames dos indivíduos adultos e, em

contrapartida, dar-lhe autonomia e incentivar seu protagonismo na construção da sua identidade e seus projetos de vida.

Uma das mais importantes tarefas das instituições educativas hoje está em contribuir para que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos não mais impostos como heranças familiares ou institucionais (BRASIL, 2013a).

Concomitante a esse processo, é de responsabilidade da sociedade cobrar do poder público, a efetivação de políticas públicas afirmativas para com a juventude, a fim de contribuir no desenvolvimento qualitativo desse segmento e combater os riscos sociais aos quais os jovens estão sujeitos.

Sobre essa abordagem, Sposito e Carrano (2003) reconhece a importância das lutas sociais entre diversos segmentos da sociedade civil e da política brasileira na composição de políticas afirmativas em defesa da criança, do adolescente e, inclusive, dos jovens. Todavia, teme a reação conservadora a essas conquistas, especialmente perante pressões de mudanças de direitos já angariados pela Constituição Federal.

Os autores reportam para o avanço no desenvolvimento de programas, legislações específicas e políticas públicas e não governamentais voltadas para os jovens. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) e o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013b) consistem importantes mecanismos de luta na reivindicação por políticas e ações afirmativas junto aos jovens.

O ECA foi construído diante do reconhecimento da sociedade e entidades políticas sobre a probabilidade de vulnerabilidade social e violência, que a criança e o adolescente estão sujeitados no Brasil. As conquistas com a legalidade do estatuto são inegáveis, todavia, o mesmo por se restringir as crianças e aos adolescentes até os 18 anos – em casos excepcionais até os 20 anos – não assegurava direitos específicos aos jovens que ultrapassam a faixa-etária então determinada.

Nesse ínterim, nas últimas décadas a política institucional brasileira foi pressionada por movimentos juvenis e organizações não governamentais, que reivindicaram a criação de leis e políticas públicas destinadas à juventude. Desse modo, a Guia de Políticas Públicas da Juventude reforça que

As políticas públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, de forma mais consistente, por motivos emergenciais, já que os jovens são os mais

atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI (BRASIL, 2006).

Foi nesse contexto, que ocorre a constituição do Estatuto da Juventude, que reconhece por meio de princípios e diretrizes a importância de uma legislação específica que assegure aos jovens entre os 18 e 29 anos o direito a cidadania, participação social e política, educação, profissionalização, trabalho, renda, saúde, cultura, comunicação, desporto, lazer, mobilidade, segurança pública, justiça, sustentabilidade e meio ambiente, sempre respeitando a diversidade cultural, igualdade de direitos e a liberdade de expressão (BRASIL, 2013b).

Conforme identificado são diversos os programas e políticas desenvolvidas, destacando-se aquelas que têm por objetivo dar seguridade educacional, social, econômica, cultural e trabalhista aos jovens. Dentre os programas pode-se mencionar: Programa Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Inclusão do Jovem (Projovem), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Programa Pronaf Jovem, Programa Universidade para Todos (ProUni), Projeto Soldado Cidadão, Programa Cultura Viva e Programa Bolsa-Atleta (BRASIL, 2006).

Apesar da diversa quantidade de programas, o jovem no Brasil ainda se encontra desprotegido. Os resultados dessas políticas, como já ressaltado anteriormente, nem sempre surtem efeitos positivos, muitos apresentam problemas no que diz respeito à continuidade de financiamento e investimento, estrutura de funcionamento e atendimento adequado aos grupos vulneráveis.

Além disso, muitos programas não são condizentes com a realidade sociocultural dos indivíduos. Essa problemática é nitidamente observada em territórios rurais, cuja promoção de políticas nem sempre estão adequadas ao contexto econômico, social e cultural dos jovens. Soma-se a isso, a fragilidade de uma educação escolar voltada para a juventude do campo. Esse fator contribuiu para a composição de um tecido social desprovido de incentivos que estimulem sua permanência no espaço rural. Logo, o compromisso do Estado com os jovens consiste em uma ação que deve sempre ser reivindicada pela sociedade.

Reconhecendo a escola enquanto importante instituição de reivindicação dos direitos da juventude, no subcapítulo seguinte serão retratadas a configuração da educação formal no Brasil, mais especificamente, o ensino médio e sua influência na seguridade dos

direitos dos jovens, sobretudo referente à formação educacional, intelectual, cidadã e a capacitação qualificada para o trabalho.

## **1.2. ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS JOVENS ESCOLARES**

O ensino médio, assim como, os diferentes níveis educacionais consistem em uma responsabilidade a ser assegurada pelo Estado e pela família em colaboração com a sociedade. Nesse ínterim, o principal documento legal do Brasil que defende o direito a educação a qualquer pessoa é a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 205 assevera:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Seguindo o pensamento sobre a educação enfatizado na Constituição Federal, observa-se que a escola é responsável pela garantia de direitos básicos a juventude, especialmente, a contribuição no desenvolvimento intelectual e social, a formação cidadã e condições qualitativas para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394/1996), que está em consonância com os atributos da Constituição Federal, ao reportar mais especificamente sobre o ensino médio em seu Art. 35, destaca que essa etapa da educação básica tem como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

A partir da análise das passagens da Constituição Federal e da LDB, verifica-se que importantes atributos são conferidos ao ensino médio e direcionados aos jovens. Essa fase é entendida enquanto uma etapa conclusiva da educação básica, cujo discente consolidará

os conhecimentos adquiridos no decorrer do ensino fundamental, deverá apresentar condições educacionais que viabilizem o prosseguimento dos estudos, o exercício do trabalho e da cidadania, formação ética, intelectual, crítica e fundamentação científico-tecnológica dos processos produtivos com base na relação teoria/prática.

Apesar dos pressupostos defendidos no processo educativo e formativo do ensino médio, alguns autores reportam para a fragilidade dessa etapa da educação básica, que, contraditoriamente é encarada enquanto uma fase de transição entre o ensino fundamental e o ensino superior. Conforme Domingues, Toschi e Oliveira (2000) a condição de está no “meio” entre o fundamental e o superior reforça o pensamento do ensino médio enquanto uma fase despida de identidade própria, “especialmente pelo caráter homogeneizador causado pelo vestibular, ou melhor, pelo processo seletivo para ingresso no Ensino Superior” (DOMINGUES; TOSCHI; OLIVEIRA, 2000, p.68).

Demo (1991) anteriormente já havia retratado essa problemática, destacando que o antigo 2º grau (atualmente ensino médio), não raro, é transformado em “cursinho” como uma forma de garantir o acesso ao ensino universitário. Nessa conjuntura, impera o ensino mnemônico, a “decoreba” e o ensino draconiano tradicional.

Além disso, é preciso destacar que o ensino médio, ainda configura-se como uma realidade distante para muitos jovens e, por vezes não garantem seus direitos, problemática decorrente da dificuldade de acessibilidade, pouca perspectiva de crescimento profissional, ou mesmo resultante da evasão escolar atrelada a diferentes fatores sociais e econômicos, destacando-se a necessidade de inserção no mercado de trabalho – não raro, marcado pela informalidade –, diante de condições de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica, a formação precoce de família (gravidez na adolescência) e a inserção na criminalidade (violência e drogas).

Domingues, Toschi e Oliveira (2000) ressaltam que no final da década de 1990 apenas 32,6% dos adolescentes entre 15 e 17 frequentavam o ensino médio no Brasil. Apesar do crescimento de matrículas nessa etapa, dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad) apresentado em 2010 aludem para continuidade da problemática, ao evidenciar que quase metade dos adolescentes nessa faixa-etária, 49,1% (5.293.091 jovens), não está no ensino médio (IBGE, 2010). Desse modo, é convincente afirmar que no Brasil a educação média tem sido seletiva e vulnerável à desigualdade social e econômica (DOMINGUES, TOSCHI; OLIVEIRA, 2000).

Com base no pensamento de Saviani (2007), percebe-se que a educação formal na atualidade, não raro remete a origem da escola, cuja formação estava, eminentemente, alicerçada na exclusão. Na perspectiva do autor a escola surge diante do processo de divisão da sociedade em classes a partir da emergência do modo de produção capitalista: “a educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho” (SAVIANI, 2007, p.156). Sendo assim, a educação formal era acessível apenas à classe dominante, enquanto a classe dominada destinava-se a prática do trabalho.

Por sua vez, em resposta a fase neoliberal do capitalismo, o ensino médio no Brasil apresenta como elemento primordial a preparação para o trabalho. De fato, a escola sempre assumiu uma responsabilidade voltada ao desenvolvimento e reprodução do sistema capitalista (SAVIANI, 2007). Segundo Ramos (2011), nenhuma etapa da educação básica, além do ensino médio, explicita de modo particular a relação entre conhecimento e trabalho, que se traduz na busca pela formação de uma juventude direcionada ao exercício do trabalho e, conseqüentemente responsável pelo desenvolvimento econômico. Esse pensamento também reportado por Saviani (2007) ao mencionar que

Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho (SAVIANI, 2007, p.161).

Sendo assim, se no ensino fundamental o processo de ensino/aprendizagem sugere a construção dos conceitos, no ensino médio esse conhecimento adquirido (teoria) é confrontado com a realidade prática (trabalho).

Para Kuenzer (2000) a Resolução 03/98 do Conselho Nacional de Educação para o ensino médio, expressa “uma concepção de educação orgânica ao modelo econômico em curso, versão nacional do processo globalizado de acumulação flexível” (KUENZER, 2000, p.16). Arendt (1961) é enfática ao mencionar que a educação não responde apenas aos meros efeitos do fenômeno local, pelo contrário, ela está intimamente associada aos problemas e a dinâmica política e a economia mundial.

Esse fato torna-se notório ao observar-se que os movimentos reformistas dos componentes curriculares e dos níveis de ensino, assim como no passado, ainda respondem

aos ditames da economia mundial, sempre aderindo ao financiamento externo no processo de elaboração. Apesar da emergência de um pensamento curricular nacional, a transposição curricular estrangeira ainda perdura no Brasil (DOMINGUES, TOSCHI, OLIVEIRA, 2000).

Kuenzer (2000) enfatiza que as exigências para a educação e, especificamente para o ensino médio apontam para mudanças ocorridas no mundo do trabalho com base em uma nova relação entre ciência e trabalho, que sobrepõem às formas de fazer baseados em processos técnicos simples ou restritos a uma área do conhecimento. Trata-se da superação do ensino profissionalizante reportado por Demo (1991, p.12) em que persistia “posturas tradicionais, seja no sentido de preferir áreas menos tecnológicas (administração, contabilidade, magistério), seja no sentido de apenas “treinar” sem base adequada de formação geral”.

Para Saviani (2007) é preciso organizar um ensino médio que possibilite aos alunos dominarem os fundamentos das técnicas utilizadas no processo produtivo e não um adestramento em técnicas produtivas.

Essa é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, caso em que a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo (SAVIANI, 2007, p.161).

Na concepção do autor, trata-se não apenas do domínio teórico, mas, a capacidade de articulação entre o saber e o processo produtivo. Para tanto, o conhecimento e a ciência converte-se em potência material.

Domingues, Toschi e Oliveira (2000) sugere a substituição dessas ações por um contexto que se adéqua a sociedade tecnológica e novo ambiente produtivo em um processo que inclui flexibilidade funcional, criatividade, autonomia, trabalho em equipe, diversidade no exercício de papéis, formação intelectual, criticidade e capacidade de solucionar situações-problemas.

Convergindo com esse pensamento, Kuenzer (2000) alude para a necessidade de articulação do conhecimento científico com capacidades cognitivas superiores e capacidades de intervenção crítica e criativa perante possíveis contextos dinâmicos, complexos e interdisciplinares, que refletem o ambiente informativo e tecnológico contemporâneo.

Apesar disso é preciso reconhecer que a realidade da escola brasileira pouco está interagida com esse novo ambiente, reforçando o pensamento de Demo (1991) que destaca a desatualização do país frente à formação e modernização do sistema educativo.

A incerta formação educacional, cidadã e para o exercício profissional qualitativo frente à precarização da escola pública contribui para o descrédito entre os jovens acerca do ensino e de seus direitos. Além disso, o estranhamento é ainda mais expressivo quando essa escola não responde os anseios da comunidade e da dinâmica cultural, social e econômica a qual esses aprendizes estão inseridos.

A escola e, especificamente o ensino médio deve ser considerado um importante centro de formação, mas não se pode restringir a essa finalidade. A formação da cidadania é um dos pontos principais quando se considera a educação básica, que tem diversos compromissos na formação e seguridade dos direitos juvenis, além da orientação de atitudes e valores. Por outro lado, é possível perceber que há uma distância entre o ideal proposto pela legislação voltada para a juventude e o real dentro das escolas e das salas de aulas, coexistindo uma tensão entre aluno, professor e a entidade mantenedora (poder público). Nesse ínterim, Pinto (2013) chama a atenção para o estranhamento na relação docente/discente fundado em representações ambíguas entre esses atores:

As representações das professoras sobre os alunos revelam que o outro é percebido de maneira negativa, a partir do mesmo, sendo colocado em situação de inferioridade, já que não atende a um conjunto de expectativas idealizadas, principalmente no que se refere ao tempo de aprendizagem (PINHO, 2013, p.3).

Para Esteban (2007) o vácuo existente na relação entre professores e educandos reflete o perfil de uma escola desarticulada com a realidade do aprendiz, claramente expressada no não compromisso na promoção de uma educação popular que, por sua vez, viabilize condições de acesso e permanência na instituição de ensino.

A problemática do ensino médio inicia pela própria configuração do currículo escolar. As reformas dessa etapa da educação básica expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, alicerçada no Parecer no 15/98 da Resolução CEB/CNE no 3/98, retrata que o currículo da educação média deve adotar um perfil diversificado e flexibilizado. Nesse contexto, Domingues, Toschi e Oliveira (2000) mencionam que a identidade do ensino médio deve está condicionada à incorporação das necessidades locais e dos direitos infante-juvenis, levando em consideração as participação e reivindicações do alunato, de professores e da família.

Em consonância com essa realidade inseri-se ainda a base comum nacional curricular, que é organizada com base nas seguintes áreas do conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e ciências humanas e suas tecnologias. Na base comum o trabalho metodológico e pedagógico deve estar alicerçado na interdisciplinaridade e contextualização entre as áreas.

No que diz respeito à parte diversificada, a mesma estará inter-relacionada a base comum, todavia, deverá apresentar um perfil particular que reflita a identidade da escola, categoria curricular que se insere os anseios da juventude (DOMINGUES, TOSCHI, OLIVEIRA, 2000). Apesar dos esforços sugeridos, para esses autores existe uma sobreposição da base comum nacional a parte diversificada, configurando a nível nacional, praticamente um currículo único nas escolas, desarticulados à realidade e a identidade local e dos estudantes. Ramos (2011) crítica à distorção pedagógica, por vezes, realizada pela escola e por professores ao trabalharem com a perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Para o autor, muitas vezes esses princípios pedagógicos reduz-se a inter-relação entre disciplinas em projetos, ações e atividades escolares.

Em outra abordagem, Hagemeyer (2004) crítica o papel exercido pelo professor em sala de aula, não raro encarado, enquanto agente transmissor de informações e conceitos, limitando-se as disciplinas isoladas. Domingues, Toschi e Oliveira (2000, p.69) enfatiza essa discussão ao mencionar que o professor deve ser “compreendido como agente do currículo, e não como transmissor de uma cultura selecionada por outros”. A reprodução do conhecimento alheio pelo professor torna estagnada a profissão docente e não contribuiu para uma educação emancipatória.

Esteban (2007, p.11) ao remeter a essa abordagem destaca que a atuação na escola pública “exige diálogo constante com os sujeitos que habitam as margens sociais e passam a compor o cenário escolar como consequência da democratização do acesso”. Para tanto, existe uma crítica ao predomínio nas unidades escolares de uma pedagogia homogeneizadora, que concebe os alunos a partir de um perfil unitário.

Kuenzer (2000, p.32) afirma que a escola, tomando como ponto de partida as desigualdades, “deverá desenvolver projetos político-pedagógicos que, com diferentes e necessárias mediações, tratem de forma diferente os desiguais, como parte da estratégia mais ampla de destruição das bases materiais que determinam as desigualdades”.

Conforme a autora a reprodução da unitariedade da escola pautada no tratamento igual dos discentes e das diferentes problemáticas que os afligem, não responde as diversas reivindicações do alunato, pelo contrário, atende a demanda do mercado capitalista globalizado, essencialmente excludente, e cuja exclusão é justificada pelo demérito individual, haja vista, que as oportunidades, aparentemente, são dadas “igualmente”.

Convergindo com o pensamento de Kuenzer (2000), Esteban (2007) ressalta que a ambivalência da escola pública torna-se nítida no pensamento contraditório da igualdade, em que à medida que oferece oportunidades a todos, concomitantemente, exclui. Para a autora as práticas escolares

Estão constituídas por relações ancoradas no discurso da igualdade de procedimentos e na ocultação da desigualdade de direitos, de modo que, ao colocar o foco na busca da igualdade, a identifica com a homogeneidade, produzindo invisibilidade sobre a tensão igualdade/diferença que caracteriza a dinâmica escolar (ESTEBAN, 2007, p.11).

Observa-se que essa prática segrega e discrimina as diferenças, bem como, distancia os jovens escolares dos seus direitos institucionalizados. Para tanto, na concepção de Esteban (2007) a perspectiva da neutralidade e da homogeneização, estimula os preconceitos enraizados socialmente e dificulta a formação de uma escola dinamizada por políticas e pedagogias afirmativas voltadas, especialmente, para os jovens escolares vulneráveis a exclusão social, econômica e cultural.

## CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO

O diagnóstico está subdividido em duas partes que correspondem aos diagnósticos escolar e social. A obtenção das informações sobre a instituição de ensino foi viabilizada com a aplicação de um roteiro de observação ao corpo dirigente da escola e a análise do Plano Político Pedagógico – PPP. Dentre os questionamentos destacam-se os referentes à estrutura física, o perfil do corpo discente e docente, a disponibilidade dos recursos didáticos e a dinâmica pedagógica adotada. Vale ressaltar ainda, que atrelada às observações foi levada em consideração nossas percepções acerca do ambiente escolar e da comunidade externa.

Referente ao diagnóstico social dos alunos, a aquisição das informações foi viabilizada com a aplicação de um questionário semiestruturado com perfil qualitativo e análise crítico-reflexivo de quadrinhos. Dentre as indagações levantadas sobressaem as referentes à faixa-etária dos atores alvos da pesquisa, sua estrutura socioeconômica, as perspectivas sobre o ensino escolar, a conclusão do ensino médio e a relação família/escola. No subcapítulo seguinte será detalhada a composição da estrutura escolar e pedagógica da instituição de ensino trabalhada.

### 2.1. DIAGNÓSTICO ESCOLAR

O Colégio Estadual Profª Maria Zenite dos Santos (figura 1) localiza na Rua Manoel Alves de Freitas, s/n, no povoado Lagoa Redonda, município de Porto da Folha/SE. A comunidade possui em média 1700 habitantes, que estão atrelados, predominantemente às atividades agropecuárias.



Figura 1: Vista frontal do Colégio Estadual Profª Maria Zenite dos Santos, 2015.  
Fonte: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

O prédio pertence ao poder público municipal que oferece o ensino fundamental durante os turnos matutino e vespertino. No período noturno, o espaço é cedido ao estado que oferece o ensino médio. A estrutura física da instituição encontra-se precarizada em decorrência da má conservação e da não realização de reformas por muito tempo. No que diz respeito a suas repartições, identificou-se a existência de seis salas de aula, direção escolar, cantina, pátio, espaço de horta, dois banheiros femininos e dois banheiros masculinos (figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7).

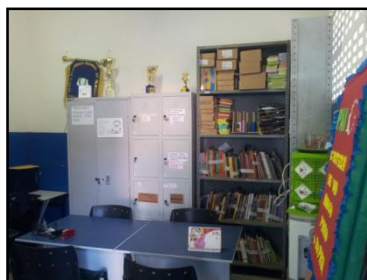


Figura 2: Espaço interno da Direção Escolar, 2015.  
Fonte: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.



Figura 3: Pátio escolar, 2015.  
Fonte: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.



Figura 4: Espaço interno da sala de aula, 2015.  
Fonte: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.



Figura 5: Horta escolar, 2015.  
Fonte: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.



Figura 6: Cantina, 2015.  
Fonte: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.



Figura 7: Banheiros, 2015.  
Fonte: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

A escola não dispõe de ambientes fundamentais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas como sala de vídeo, biblioteca e laboratórios de informática e de ciências. A carência de espaços educativos para além da sala de aula fragiliza a promoção do bem estar dos estudantes e compromete o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. A organização pedagógica da escola é feita de maneira aberta e coletiva em busca de uma educação melhor. O espaço escolar é pequeno, embora seja bem aproveitado em suas funções, muitos alunos passam grande parte do ano letivo sem livros didáticos, dificultando seu desempenho nas aulas. A disposição das carteiras das salas de aula é em fila indiana, adequando-se ao formato tradicional utilizado pela maioria das escolas.

Referente à horta escolar, são cultivados legumes e verduras que são destinados aos alunos. Observa-se que a inexistência de merendeira dificulta a utilização desses alimentos no incremento da alimentação escolar dos discentes, que inclusive não é disponibilizada atualmente, algo que fere os direitos dos jovens escolares defendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que lhes reserva o direito a uma alimentação saudável e atrelada aos hábitos culinários regionais.

O espaço da horta é resultado do Programa Mais Educação desempenhado nos turnos matutino e vespertino, período em que funciona o ensino fundamental ofertado pelo poder público municipal.

O ensino médio de responsabilidade do estado é realizado regularmente no turno noturno, sendo ofertadas três turmas: 1º, 2º e 3º anos. Essas classes contemplam 101 alunos, 52 do sexo feminino e 49 do sexo masculino. O quadro de professores corresponde a 10 docentes e, por sua vez, encontrava-se incompleto possuindo carência na disciplina de espanhol.

A relação entre professor/aluno/direção é considerada satisfatória, apesar da existência de conflitos decorrentes da diversidade de pensamentos, ideias, costumes e comportamentos. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola está alicerçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A problemática identificada diz respeito à ínfima participação da comunidade externa e dos alunos na construção do PPP, limitando-se as perspectivas e fundamentos dos professores e da gestão diretiva.

A relação escola/família também se encontra fragilizada, reduzindo-se a poucas reuniões com pequena participação dos responsáveis dos discentes. Nesses encontros são debatidos problemas que afetam os jovens escolares: comportamentos indisciplinados, violência e ausência escolar. Além disso, é discutido assuntos sobre a realização de projetos e eventos.

O calendário da instituição é previamente definido pela Secretaria Estadual de Educação e pela Diretoria Regional de Educação (DRE) 7, a qual está inserida a instituição de ensino. Todavia, vale ressaltar a sua adaptação as atividades pedagógicas da escola e as manifestações culturais da comunidade, principalmente referente às manifestações festivas.

Na avaliação dos alunos, o desempenho qualitativo sobressai ao quantitativo, contudo, para fins de pontuação são efetivados trabalhos em grupo, individual, testes e seminários. As recuperações são contínuas, mas, no final de cada semestre são realizadas

as recuperações paralelas para os educandos que mantiveram um desempenho escolar abaixo do esperado. Após essas etapas, o aprendiz dispõe ainda de uma recuperação final.

## 2.2. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Participaram do diagnóstico social 24 alunos do 2º e 3º anos do ensino médio, que foram selecionados a partir de sorteios realizados no diário de classe. Conforme identificado na tabela 1, trata-se, predominantemente de discentes inseridos na faixa-etária que compreende a fase da adolescência e a juventude. Dos entrevistados, 66,6% afirmaram possuírem idade entre 16 e 18 anos e 33,4% informaram que possuem entre 19 e 32 anos de idade.

**TABELA 1 – NÚMERO DE ALUNOS POR IDADE – COLÉGIO ESTADUAL PROFª MARIA ZENITE DOS SANTOS - 2015**

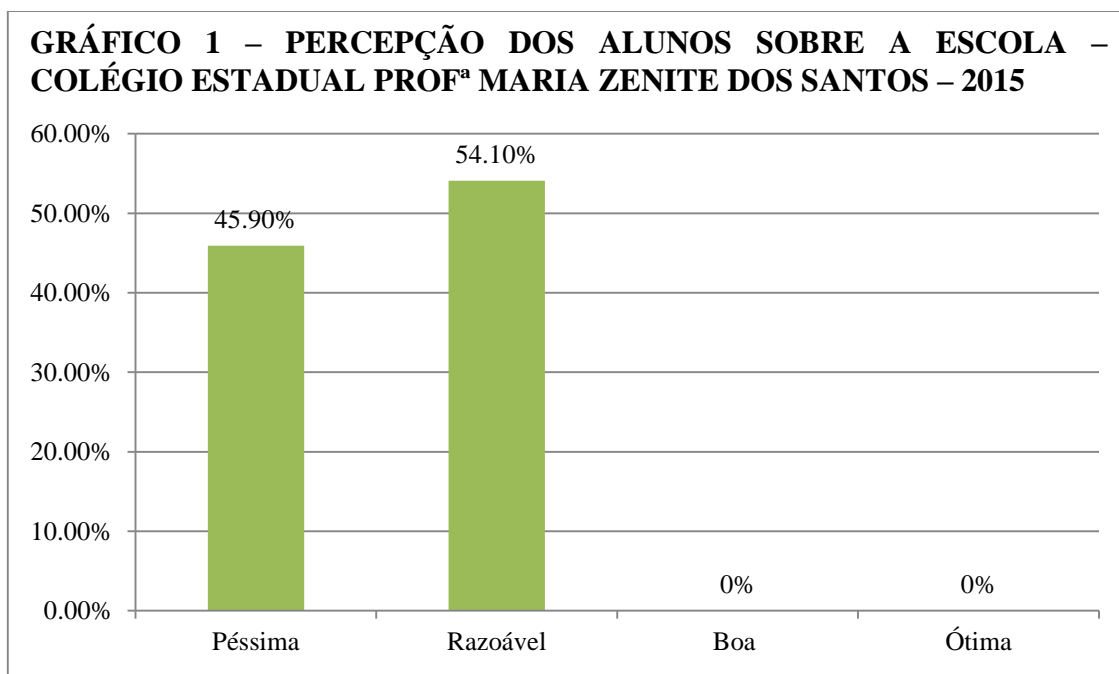
Idade	Número	%
16	3	12,5
17	5	20,8
18	8	33,3
19	4	16,7
20	2	8,3
25	1	4,2
32	1	4,2
Total	24	100

Fonte: Colégio Estadual Profª Maria Zenite Dos Santos, 2015.

Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

Dentre os alunos contemplados no diagnóstico, todos são procedentes da instituição de ensino. Predominam aqueles do sexo feminino, 66,7% dos entrevistados, enquanto 33,3% são do sexo masculino. Observa-se que muitos discentes passaram por reprovações ou são reingressos na instituição. A partir da vivência na escola, percebeu-se que esses fatores resultam de problemas referentes ao trabalho sócio-pedagógico e a evasão escolar, que recorrentemente atinge os jovens do ensino médio.

Os discentes não apresentam percepções positivas sobre a escola a qual estudam (gráfico 1), 54,1% consideram-na ruim, enquanto 45,9% razoável. Nenhum mencionou que a instituição é boa ou ótima.



Fonte: Colégio Estadual Maria Zenite Dos Santos, 2015.  
Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

A análise realizada pelos alunos sobre a escola é justificada com base nos seguintes relatos:

Considero razoável, porque falta infraestrutura, mas os professores são bons. O que falta são oportunidades para o professor transmitir seus conhecimentos (Carine, 2015).

A escola que eu estudo, nem todos professores cumpri com as cargas horárias. O colégio não é adaptado para o nível do ensino médio, pois não tem laboratórios e nem quadras esportiva, etc (Umberto, 2015).

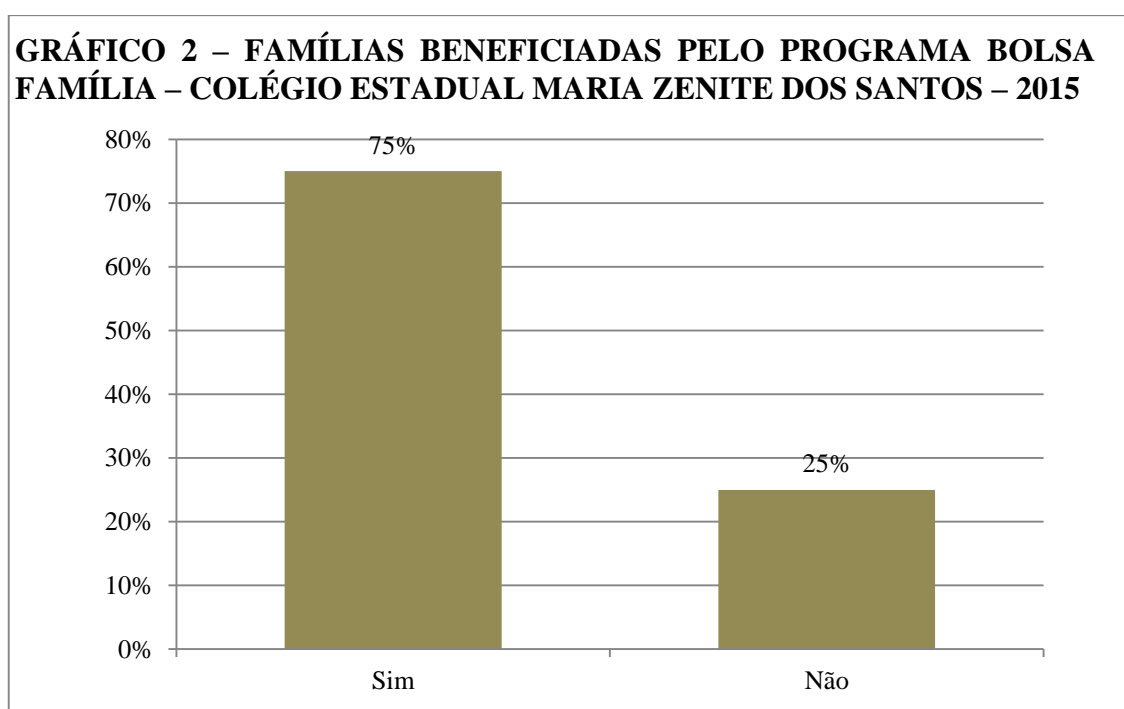
Não temos um colégio... Estudamos em um colégio emprestado... Não temos professores em algumas matérias... Nem laboratórios (João, 2015).

Na minha escola falta professores, merenda, a educação é péssima. Eu sinto que não estou qualificada para o ensino superior (Laura, 2015).

Falta muitas coisas, até faxineira pra poder limpar a sala não tem. Nem merendeira pra fazer e distribuir merenda. Nem diretora para nos guiar para o sucesso ou coisa parecida Porque nem a própria escolar tem prédio, imagine o resto (Maria da Conceição, 2015).

Diversos fatores contribuem para que a instituição na perspectiva dos discentes não apresente uma qualidade satisfatória: carência e ausência de professores, precarização da estrutura física da instituição, inexistência de prédio exclusivo da escola, negação aos serviços de alimentação escolar e limpeza e carência de espaços didático-pedagógicos como laboratórios de informática e ciências. De imediato, observa-se que o direito a uma educação de qualidade é negado mesmo considerando a exigência de sua seguridade em importantes documentos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e o próprio Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013).

As famílias dos jovens escolares são, majoritariamente, de classe baixa e muitas se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O gráfico 2 reforça essa abordagem ao ilustrar que 75% dos educandos afirmaram que suas famílias são beneficiadas pelo programa de redistribuição de renda do governo federal Bolsa Família.



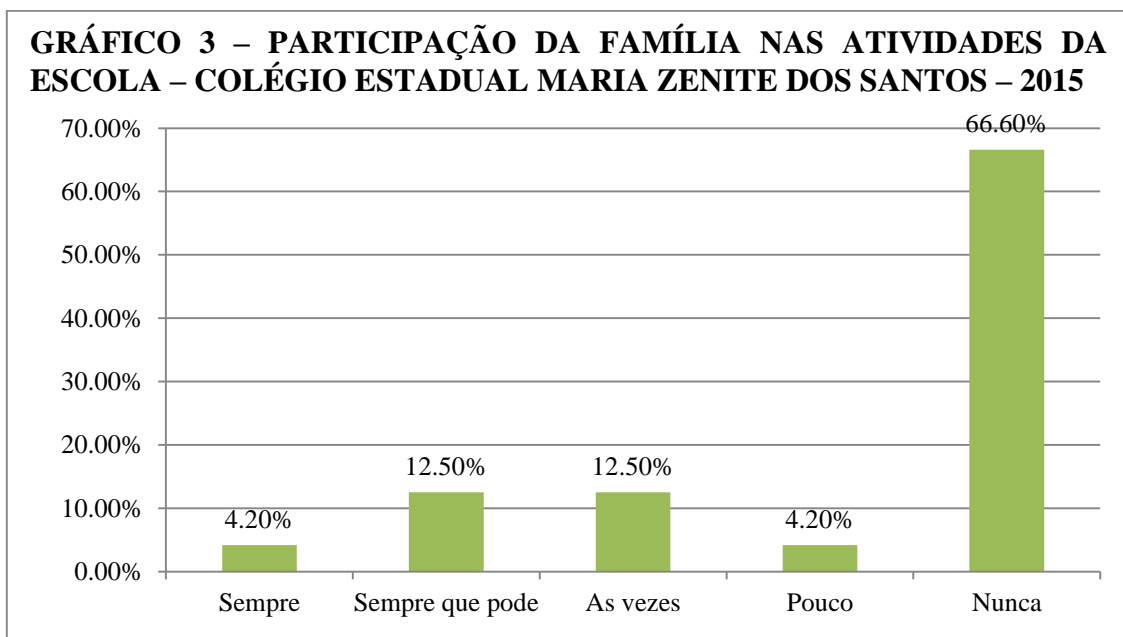
Fonte: Colégio Estadual Profª Maria Zenite Dos Santos, 2015.  
Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

No tocante a essa abordagem Silva e Schneider (2015) são enfáticos ao afirmarem à importância das políticas públicas de combate a pobreza na redução das desigualdades sociais. Tomando como referência o Programa Bolsa Família, os autores reportam que são diversos os benefícios sociais decorrente dessa política, sobressaindo à elevação de renda das camadas populares, combate a fome, redução da pobreza e da miserabilidade. De

forma indireta o programa contribuiu na redução da evasão escolar a partir do controle da frequência dos alunos beneficiados, acompanhamento médico básico das crianças e estímulo à autonomia e independência financeira da mulher, haja vista, que são elas as principais responsáveis pela retirada do benefício.

Silva e Schneider (2015) destaca que nas zonas rurais o programa fomentou diretamente a circulação de renda, o desenvolvimento econômico local e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Referente à participação das famílias na construção do espaço sócio-pedagógico da escola (gráfico 3), verifica-se sua ínfima contribuição. Os alunos ao responderem sobre essa indagação, 66,6% consideram que sua família nunca teve participação em atividades da escola e apenas 4,2% avaliaram que ela sempre participa.



Fonte: Colégio Estadual Profª Maria Zenite Dos Santos, 2015.  
Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

O corpo discente da instituição é formado por alunos do povoado local e de comunidades adjacentes. Referente ao modo de deslocamento desses sujeitos até a escola (tabela 2), 50% mencionaram que vão a pé, majoritariamente, esses discentes são procedentes da própria localidade. Por outro lado, 29,1% responderam que são conduzidos até a escola de ônibus. Esses discentes são procedentes das comunidades rurais circunvizinhas e são beneficiados pelo programa de transporte escolar Caminho da Escola.

Os demais educandos reportaram que se deslocam para a instituição de automóvel (16,7%) e motocicleta (4,2%).

**TABELA 2 – DESLOCAMENTO DOS ALUNOS PARA A ESCOLA – COLÉGIO ESTADUAL PROF<sup>a</sup> MARIA ZENITE DOS SANTOS – 2015**

<b>Deslocamento para a Escola</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
A pé	12	50
Ônibus	7	29,1
Automóvel	4	16,7
Motocicleta	1	4,2
Total	24	100

Fonte: Colégio Estadual Prof<sup>a</sup> Maria Zenite Dos Santos, 2015.

Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

Sobre as práticas realizadas fora da escola pelos alunos (tabela 3) predominam atividades de remuneração (45,9% dos entrevistados). Esses discentes ocupam postos de trabalho na agricultura, nas fabriquetas de derivados de leite e no pequeno comércio local. A execução dessas atividades é efetivada, sobretudo, de modo informal e preocupa o fato das mesmas desrespeitarem as leis trabalhistas. Não raro, esses jovens estão inseridos em condições de trabalho insalubre, realizam carga horária excessiva, são remunerados com valores abaixo dos salários previstos para as funções e não lhes são assegurados os direitos a décimo terceiro, férias remuneradas e licença maternidade. Desse modo, a seguridade ao trabalho qualitativo garantido pelo Estatuto da Juventude é desrespeitada, algo que fere os direitos juvenis desses sujeitos.

A promoção de ensino profissionalizante, atrelado ou não ao ensino médio, e a execução de programas de estímulo ao primeiro emprego, defendidos por políticas governamentais (BRASIL, 2006), consistem em alternativas que caso fossem efetivadas junto a esses escolares reduziriam as formas de trabalho informal e desqualificado.

**TABELA 3 – ATIVIDADES EXTRACLASSE – COLÉGIO ESTADUAL PROF<sup>a</sup> MARIA ZENITE DOS SANTOS – 2015**

<b>Práticas Cotidianas Extraclasse</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Trabalha	11	45,9
Atividade doméstica em casa	9	37,5
Fica em casa	2	8,3
Realiza curso	2	8,3
Total	24	100

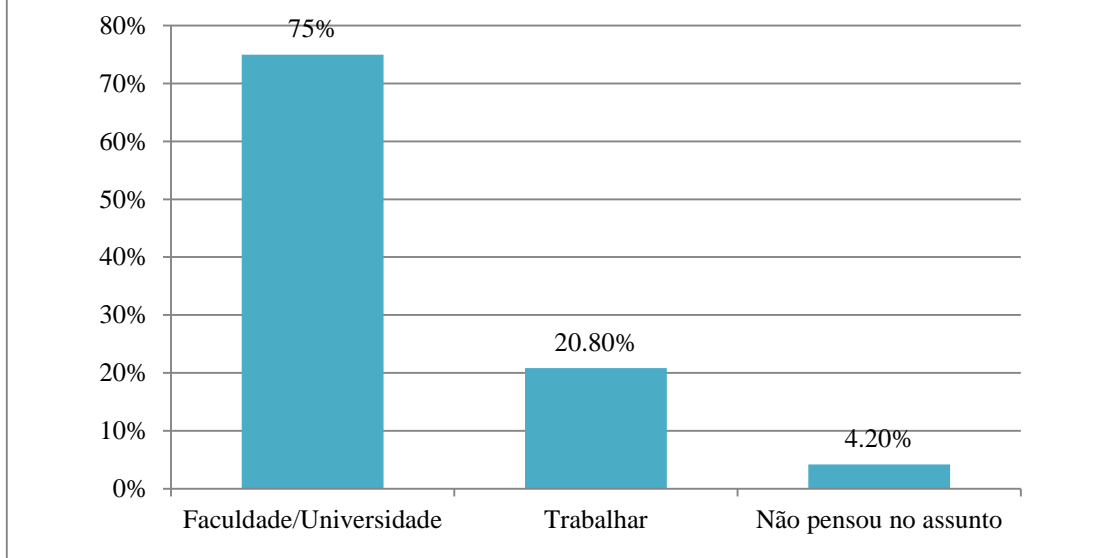
Fonte: Colégio Estadual Prof<sup>a</sup> Maria Zenite Dos Santos, 2015.

Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

Dos 11 alunos(as) que trabalham 54,5% são homens e 45,5% são mulheres, por sua vez, nota-se que muitas jovens enfrentam dupla jornada de trabalho. Além dos postos de trabalho ocupados, muitas realizam tarefas domésticas em suas residências. Identificou-se também que 37,5% fazem, exclusivamente, atividades do lar. Assim como observado na ocasião anterior, as mesmas não são remuneradas por esse trabalho. Sobre os demais quesitos, apenas 8,3% mencionaram ficar apenas em casa e 8,3% realizam cursos, esses têm como objetivos a preparação para concurso público e prestação de vestibular e como observado é contemplado por um reduzido número de educandos.

Considera-se positiva as perspectivas dos escolares com o término do ensino médio (gráfico 4): 75% dos que participaram do diagnóstico mencionaram que pretendem cursar o ensino superior, 20,8% desejam trabalhar e apenas 4,2% não pensou sobre o assunto.

**GRÁFICO 4 – PERSPECTIVAS COM O TÉRMINO DO ENSINO MÉDIO – COLÉGIO ESTADUAL PROFª MARIA ZENITE DOS SANTOS – 2015**



Fonte: Colégio Estadual Profª Maria Zenite Dos Santos, 2015.  
Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

Mesmo que perdurem incertezas sobre seu futuro, os alunos destacaram que querem progredir em seus estudos, ampliar seus conhecimentos, profissionalizar-se e realizar um trabalho qualificado.

Quando questionados sobre quem ou o que lhes ajudaram a tomar essas decisões, os alunos relatam:

O dia a dia de muitas pessoas que precisam se escravizar para os outros, quando não tem formação profissional (Luan, 2015).

O incentivo da minha família, principalmente da minha mãe e a vontade de ter um futuro melhor (Roberta, 2015).

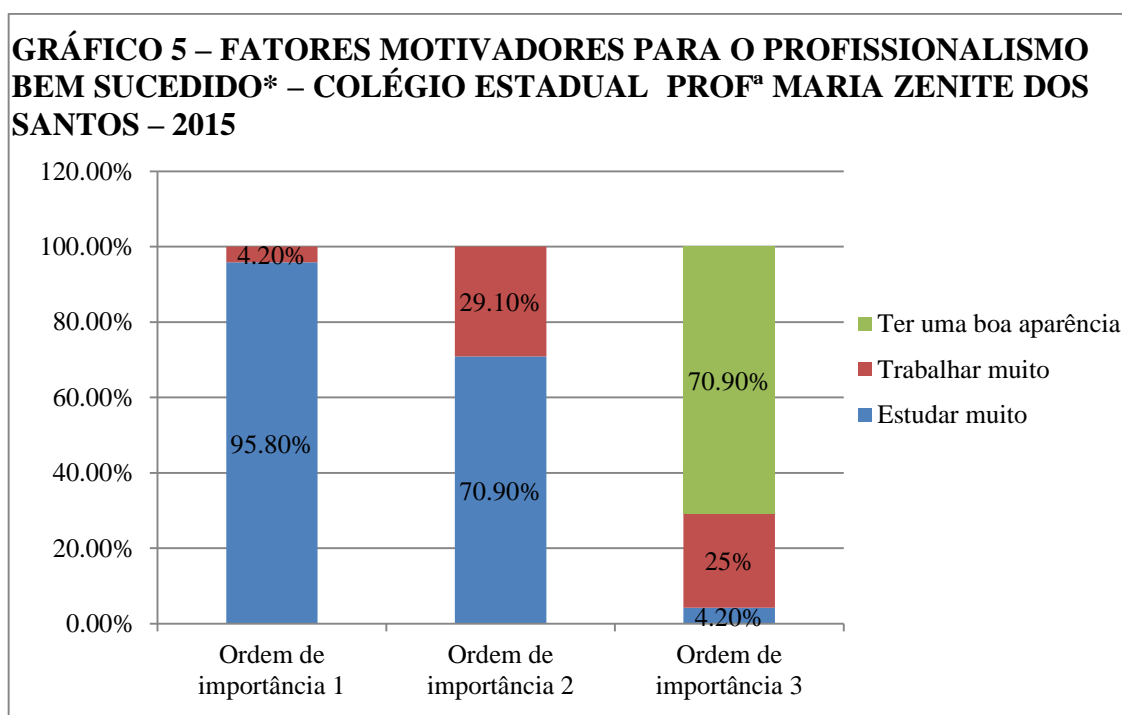
Foram meus pais, para que futuramente eu possa ter uma qualidade de vida melhor (William).

O mundo... Porque hoje só sobe na vida ou tem vida digna quem é formada (Rafaela, 2015).

A tomada dessas decisões resulta, principalmente, dos incentivos da família, que desejam para seus filhos melhores condições de vida, que no passado lhes foi negada em decorrência da falta de oportunidades e da exclusão que estavam relegadas. Os discentes também recorrem a exemplos de pessoas que por não progredirem nos estudos ou

profissionalizar-se foram excluídos de processos de ascensão socioeconômica e sofreram frustrações no trabalho. O conhecimento acerca desses problemas reforçou entre os jovens a importância do crescimento educacional e profissional qualificado.

Acerca dos fatores que motivam um profissionalismo bem sucedido (gráfico 5), os jovens escolares consideram, principalmente, estudar muito. Trabalhar muito adquiriu uma segunda importância, enquanto ter uma boa aparência ficou em última instância.



\*Ordem de importância: 1 mais importante; 2 importância intermediária; 3 menor importância.

Fonte: Colégio Estadual Prof<sup>a</sup> Maria Zenite Dos Santos, 2015.

Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva.

Conforme os educandos seu posicionamento justifica-se pelos seguintes fatores:

Para termos uma carreira profissional precisamos estudar muito e para isso precisamos nos esforçar cada vez mais (William, 2015).

Sempre é o estudo que nos leva a algum lugar, depois trabalho, por último a aparência (Luana, 2015).

Estudar muito pra poder conseguir se profissionalizar em alguma coisa... Trabalhar muito pra poder melhorar de vida... E a aparência não conta muito (José Cícero, 2015).

Estudar é à base de tudo. Para ter uma boa qualificação precisamos de educação” (Maria da Conceição, 2015).

Estudar muito, pois no futuro o estudo nos ajudará a ter uma boa educação, trabalho, um futuro melhor (Letícia, 2015).

Estudando muito o resto fica mais fácil. Não importa ter boa aparência, o que importa é estudar e trabalhar (João, 2015).

A partir da análise de um diálogo em quadrinhos de uma professora com um aluno, os escolares foram instigados a mencionarem seu posicionamento acerca do seguinte questionamento: a escola é responsável pela preparação do aluno para o futuro, ou seu sucesso dependerá apenas de seu esforço? A partir de então os discentes mencionaram: *“A gente tem que ter oportunidade, mas se não estudar e se dedicar não terá um futuro ótimo”*; *“O esforço e a dedicação é tudo para nos tornar melhor a cada dia”*; *“A gente tem que se esforçar se quiser ser alguém na vida”*; *“Não adianta achar que a escola vai fazer com que tenha tudo. Isso vai depender da força de vontade e do interesse de cada um”*; *“Se a gente quer realmente um futuro melhor precisa se esforçar e dá o seu melhor para conseguir”*. Mesmo que no decorrer do texto os discentes tenham sido enfáticos ao destacarem que a desqualificação da escola é resultado da precarização da educação pública, nessa indagação eles ressaltaram, sobretudo, que o futuro do aluno dependerá de seu esforço.

Apesar da contradição de pensamentos, esse posicionamento pode ser estimulado com a finalidade de que os alunos com base no reconhecimento da sua dedicação cobrem a efetivação dos seus direitos juvenis e de uma educação de qualidade.

No capítulo seguinte será apresentado o plano de intervenção, com base nas informações obtidas a partir dos diagnósticos escolar e social, que tem como objetivo solucionar os problemas atrelados à garantia dos direitos dos jovens escolares, especificamente no que diz respeito à educação, a qualificação profissional e a seguridade social.

### **CAPÍTULO III: PLANO DE INTERVENÇÃO**

As informações constatadas no diagnóstico apontam para deficiências didático-pedagógicas no tratamento de temáticas em torno dos direitos infanto-juvenis. O fato torna-se mais preocupante devido à vulnerabilidade socioeconômica a qual os educandos estão sujeitos e a inexistência de execução de políticas públicas e projetos, especificamente, voltados para a juventude. Desse modo, a construção e aplicação de um plano de intervenção com a finalidade de resolução dessa problemática faz-se necessária.

As propostas a serem defendidas baseiam-se em um trabalho pedagógico que envolva toda a comunidade escolar, especialmente, professores, alunos, coordenação, agentes diretivos e pais dos escolares. Como observado, não se trata de uma discussão de interesse exclusivo da escola, mas, de uma abordagem cujos resultados também terão impacto direto na sociedade e comunidade local.

Remetendo aos objetivos do plano de intervenção já definidos na introdução, o quadro 1 apresenta os objetivos operacionais das atividades pedagógicas elencadas posteriormente.

**QUADRO 1 – OBJETIVOS DO PLANO DE INTERVENÇÃO – COLÉGIO ESTADUAL PROF<sup>a</sup> MARIA ZENITE DOS SANTOS – 2015**

<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Objetivos Operacionais</b>
Analisar as percepções dos jovens escolares em situação de vulnerabilidade social acerca dos seus direitos juvenis.	Identificar os principais entraves sócio-pedagógicos que comprometem a garantia de uma educação de qualidade.	Reunir junto à equipe diretiva, alunos e docentes os problemas escolares que comprometem a garantia dos direitos juvenis.
	Sugerir mecanismos e ações que solucionem as problemáticas em torno dos direitos juvenis.	Debater os problemas em torno da educação, seguridade social, cidadania e direitos infanto-juvenis.
		Apresentar propostas a comunidade e entidades mantenedoras da instituição do ensino que contribuam na resolução dos problemas identificados

Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva, 2015.

### **3.1. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES**

A obtenção de resultados a partir dos objetivos operacionais ocorrerá com a realização de práticas/ações pedagógicas elencadas no quadro 2. Embasam essas atividades os seguintes conteúdos transversais: Cidadania, Trabalho, Seguridade Social e Direitos Infanto-juvenis. Após o quadro estão descritos os passos metodológicos das práticas/ações propostas.

**QUADRO 2 – ATIVIDADES DO PLANO DE INTERVENÇÃO – COLÉGIO ESTADUAL PROF<sup>a</sup> MARIA ZENITE DOS SANTOS – 2015**

<b>Objetivos Operacionais</b>	<b>Atividades pedagógicas</b>	<b>Duração</b>
Reunir junto à equipe diretiva, alunos e docentes os problemas escolares que comprometem a garantia dos direitos juvenis.	Prática/Ação 1 – Reunião entre pais, professores, coordenação e gestão diretiva.	2 horas/aulas
Debater os problemas em torno da educação, seguridade social, cidadania e direitos infanto-juvenis.	Prática/Ação 2 – Palestra sobre o tema Educação e Cidadania.	2 horas/aulas
	Prática/Ação 3 – Produção e levantamento de documentos que apontam sobre os problemas escolares e infanto-juvenis.	4 horas/aulas
Apresentar propostas a comunidade e entidades mantenedoras da instituição do ensino que contribuam na resolução dos problemas identificados	Prática/Ação 4 – Produção de um relatório baseado nos documentos acerca das problemáticas identificadas.	4 horas/aulas
	Prática/Ação 5 – Entrega de cópia do relatório à equipe diretiva e encaminhamento de cópias para a Diretoria Regional de Educação 7 (DRE) e a Secretaria de Educação de Sergipe.	---

Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva, 2015.

**Prática/Ação 1:** A realização dessa atividade tem como finalidade o acompanhamento de propostas/sugestões colhidas junto aos jovens acerca dos problemas escolares e dos direitos infanto-juvenis a partir do compartilhamento de pensamentos, ideias, reivindicações e sugestões dos professores, alunos, pais e equipe diretiva e pedagógica;

**Prática/Ação 2:** A palestra terá a participação de pais, alunos e professores. O tema será discutido por professores da escola, previamente selecionados e terá como embasamento os direitos infanto-juvenis dispostos em documento oficiais como o Estatuto

da Juventude e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Caberá aos pais e alunos o endossamento do debate a partir de questionamentos e opiniões;

**Prática/Ação 3:** Essa atividade terá a participação de discentes e ex-alunos da instituição de ensino. A participação desses sujeitos será fundamental para identificar se a conclusão do ensino médio contribuiu ou não para seu sucesso profissional e educacional. Essa etapa será subdividida em duas ações: a primeira consiste no levantamento de registros iconográficos da estrutura física da instituição e do ambiente pedagógico com a utilização de câmeras fotográficas e celular. Na segunda etapa será sugerida aos participantes a produção de documentos textuais e/ou visuais (dissertação, relatos, poesia, cordel, quadrinhos, desenhos e mapas mentais), que abordem seus problemas escolares e sociais, as reivindicações acerca dos direitos juvenis, bem como, suas perspectivas futuras. A prática tem como finalidade obter documentos para compor o relatório a ser construído na Prática/Ação 4.

**Prática/Ação 4:** A atividade constituirá na elaboração de um relatório a ser realizado pela coordenação pedagógica e professores então envolvidos no projeto. O conteúdo reportará sobre os problemas escolares e infanto-juvenis que comprometem a seguridade educacional e social dos alunos. Será anexado ao relatório as atas assinadas pelos participantes durante as etapas do projeto e os documentos produzidos na Prática/ação 3;

**Prática/Ação 5:** Configura-se como um prolongamento da Prática/Ação 4 e consiste na entrega de três cópias do relatório pela coordenação pedagógica a equipe diretiva da escola, a Diretoria Regional de Educação 7 (DRE 7) e a Secretaria de Educação de Sergipe.

### 3.2. RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS

- *Datashow;*
- *Notebook;*
- Impressora;
- Câmera fotográfica;
- Celular.
- Papel;
- Lápis grafite;

- Lápis de cor.

### 3.3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Estão listadas no quadro 3 a planilha orçamentária com os devidos valores dos recursos materiais e didáticos a serem utilizados durante o projeto. A câmera fotográfica e o celular não constam na planilha, haja vista, que são objetos de uso exclusivo dos discentes. Vale ressaltar ainda, que os materiais de consumo elencados não gerarão custos adicionais, uma vez que, foi previamente identificado à existência desses recursos na instituição.

#### QUADRO 3 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS RECURSOS UTILIZADOS NO PLANO DE INTERVENÇÃO – COLÉGIO ESTADUAL PROF<sup>a</sup> MARIA ZENITE DOS SANTOS – 2015

Item	Valor unitário	Quantidade	Valor total
<b>Material permanente*</b>			
<i>Datashow</i>	R\$ 50,00	1	R\$ 50,00
<i>Notebook</i>	R\$ 50,00	1	R\$ 50,00
Impressora	R\$ 50,00	1	R\$ 50,00
<b>Material de consumo</b>			
Resma de papel ofício	R\$ 18,00	1	R\$ 18,00
Lápis grafite	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Lápis de cor	R\$ 2,00	50	R\$ 100,00

\*Valor da locação.

Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva, 2015.

### 3.4. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

- Ampliação do debate em torno dos direitos escolares e infanto-juvenis dos discentes;
- Aguçamento do pensamento crítico-reflexivo dos alunos acerca dos seus direitos a seguridade social, econômica, educativa e profissional, defendidos em documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude;

- Contribuir na redução dos problemas sociais que comprometem a garantia dos direitos juvenis aos escolares;
- Estímulo à participação e cooperação entre a comunidade escolar e externa na construção do espaço sociopedagógico dos educandos;
- Adesão às discussões sobre o tema transversal Cidadania defendido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e pensar sobre as determinações propostas pela Base Nacional Comum e Diversificada para o ensino médio.

### 3.5. CRONOGRAMA

#### QUADRO 4 – CRONOGRAMA – COLÉGIO ESTADUAL PROF<sup>a</sup> MARIA ZENITE DOS SANTOS – 2015

<b>Atividades</b>	<b>Local</b>	<b>Data/Horário</b>
Prática/Ação 1 – Reunião entre pais, professores, coordenação e gestão diretiva.	Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos	01/03/2016 19:00 às 21:00 horas
Prática/Ação 2 – Palestra sobre o tema Educação e Cidadania.	Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos	02/03/2016 19:00 às 21:00 horas
Prática/Ação 3 – Produção e levantamento de documentos que atenuem sobre os problemas escolares e infanto-juvenis.	Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos	03/03/2016 18:30 às 22:40 horas
Prática/Ação 4 – Produção de um relatório baseado nos documentos acerca das problemáticas identificadas.	Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos	04/03/2016 18:30 às 22:40 horas
Prática/Ação 5 – Entrega de cópia do relatório a equipe diretiva e encaminhamento de cópias para a Diretoria Regional de Educação 7 (DRE) e a Secretaria de Educação de Sergipe.	Diretoria Regional de Educação 7 (DRE 7) – Gararu/SE; Secretaria de Educação de Sergipe/Aracaju	08/03/2016 8:00 horas

Elaboração: SILVA, Jairo da; SANTOS, Marly da Silva, 2015.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos infanto-juvenis consistem uma conquista recente para os adolescentes e jovens do Brasil. Os principais marcos legais são a Constituição Federal do Brasil de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013). Trata-se de documentos, que, no caso específico dos jovens, garantem a seguridade da sua integridade física, psicológica, educacional, profissional, social e econômica.

Diante da reprodução da desigualdade desses grupos no país e a vulnerabilidade socioeconômica a qual, não raro, estão relegados, diversos programas e políticas públicas afirmativas foram destinados a esses sujeitos com finalidade de redução ou eliminação desses riscos. Dentre esses podemos destacar: Programa Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Inclusão do Jovem (Projovem), Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Programa Pronaf Jovem, Programa Universidade para Todos (ProUni), Projeto Soldado Cidadão, Programa Cultura Viva e Programa Bolsa-Atleta.

Todavia, contradições inerentes a essas políticas como o não atentamento à diversidade sociocultural dos jovens brasileiros, investimentos desiguais entre as regiões do país e os territórios urbanos e rurais e, por vezes, a não continuidade da política – comportando-se apenas como política de governo – contribuem para a permanência de problemáticas socioeconômicas dentre os jovens.

Dificulta ainda a resolução desses entraves a reprodução de um sistema educacional precário, que ao invés de colaborar na garantia dos direitos infanto-juvenis, não raro, constitui um espaço marcado pela exclusão. Trata-se de diversos fatores como estrutura física escolar danificada, desvalorização da profissão docente, deficiência sociopedagógica, fragilidade na relação escola/família e carência de recursos materiais e didáticos, que em resumo transparece aos jovens escolares o sentimento de frustração. Desprovidos de apoio e sem formação qualificada, esses indivíduos são facilmente absorvidos pelo mercado informal, desemprego, criminalidade, violência e uso de drogas.

O diagnóstico escolar e social que embasou esse plano de intervenção apontam para alguns desses problemas entre os jovens alvos desse estudo, principalmente, no que diz respeito à tendência a vulnerabilidade social, cujos principais elementos constituintes são o desemprego, a desqualificação profissional e a fragilidade econômico-financeira. Favorece esse contexto, a deficiência sociopedagógica da escola no tratamento e resolução desses

entraves, bem como, a inexistência na comunidade de políticas públicas afirmativas destinadas, especificamente, a juventude.

Na tentativa de valorizar as ideias e reivindicações dos estudantes acerca do contexto educacional no qual estão inseridos, bem como, suas perspectivas futuras após a conclusão do ensino médio, o plano de intervenção foi construído com a finalidade de possibilitar ao aluno uma participação ativa na execução das ações e proposição de medidas para a resolução dos problemas identificados.

Inserem-se ainda no contexto de efetivação do projeto o corpo docente, pedagógico e dirigente da instituição, além da comunidade externa com a participação de ex-alunos e dos pais dos discentes. Percebe-se que para além do ambiente escolar, a aplicação do plano de intervenção surtirá ainda mais resultados qualitativos na estrutura social da comunidade e sociedade a qual os aprendizes fazem parte.

As ações propostas buscam também uma tomada de decisão do poder público acerca das condições degradantes as quais os alunos estão incluídos: carência de prédio exclusivo da instituição, necessidade de espaços didático-pedagógicos (laboratórios de informática, ciências, sala de vídeo e biblioteca) e falta de professores e servidores para a limpeza e a alimentação escolar.

Logo, é notório que a resolução dos problemas em torno dos direitos escolares e juvenis requer a tomada de ações conjuntas entre o poder público, escola, corpo discente, família e comunidade externa. Somente dessa forma, os jovens escolares poderão usufruir dos direitos que realmente lhes são conferidos.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, HANNAH. **A Crise na Educação**. (Texto original 1961). Disponível: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna\\_arendt\\_crise\\_educacao.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf)>. Acesso: 01 nov. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, de 19 de outubro de 1988. Senado Federal, Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Senado Federal, Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 12 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Senado Federal, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio**. Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013)**. Congresso Nacional, Brasília, 2013b.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos para a Educação Básica**. Disponível: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0218.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0218.pdf)>. Acesso: 20 nov. 2015.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, 2000, p.63-79.

ESTEBAN, Maria Teresa. Educação Popular: Desafio à Democratização da Escola Pública. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 71, 2007, p. 9-17.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>>. Acesso: 14 ago. 2015.

HAGEMEYER, Regina Cely de Campo. Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança. **Revista Educar**, Editora UFPR: Curitiba/PR, n. 24, 2004, p. 67-85.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad)**. Disponível: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)>. Acesso: 25 out. 2015.

IBGE. **Dados populacionais e agropecuários de Porto da Folha/SE**. Disponível: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso: 26 out. 2015.

JACQUET, C. Elaboração de planos de intervenção educacional. In: **Material didático para a Especialização em Direitos infanto-juvenis no ambiente escolar**. São Cristóvão: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS), 2015.

KUENZER, Acacia Zeneida. O Ensino Médio Agora é para a Vida: entre o Pretendido, o Dito e o Feito. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, 2000, p.15-39.

RAMOS, Marise Nogueira. O Currículo para o Ensino Médio em suas Diferentes Modalidades: Concepções, Propostas e Problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, 2011, p. 771-788.

PINHO, Ana Sueli Teixeira de. Tempo escolar no ensino fundamental: do tempo reduzido a ritmo ao tempo como simultaneidade. In: **Anais**. 36ª Reunião Nacional da ANPEd, Goiânia-GO, 2013, p.1-19.

RODRIGUES, João Ricardo Lagazzi; SCOZ, Murilo. A Figurativização do Imaginário Infantil: uma Análise das Tiras de Calvin e Haroldo. In: **Anais**. V Seminário Leitura de Imagens para a Educação: múltiplas mídias, Florianópolis/SC, 2012, p.180-193.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação**: Fundamentos Ontológicos e Históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, 2007, p.152-180.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, 2003, p.16-39.

# **ANEXOS**

## ANEXO I: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
 CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA  
 REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
 ESCOLA QUE PROTEGE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a). para participar do Plano de Intervenção “**A PERCEPÇÃO DOS JOVENS ESCOLARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA SOBRE OS DIREITOS JUVENIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA ZENITE DOS SANTOS**”, que será realizado no Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos, trabalho vinculado à Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD e pretende levantar dados sobre o que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola. Os pesquisadores responsáveis pelo projeto são: Jairo da Silva e Marly da Silva Santos, sob orientação da professora Adriane Damascena, pedem autorização para realizar uma entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

Se o(a) Sr.(a) concordar em participar desse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional do Ensino Médio no povoado Lagoa Redonda, Porto da Folha - SE.

Se depois de participar da entrevista, o Sr(a) não quiser que seus dados sejam utilizados, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo. O (a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá qualquer vantagem ou remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada a presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com os pesquisadores pelo telefone (79) 998114650 / 999835452 ou pelo e-mail: jairo\_silva-22@hotmail.com.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado(a) sobre o que os pesquisadores querem fazer e por que precisa da minha colaboração, e entendi a explicação.

Assim, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que terei minha identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 cidade, data

\_\_\_\_\_  
 (Pesquisador/a)

\_\_\_\_\_  
 (Pesquisador/a)

## ANEXO II: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA  
REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE ESCOLAR  
ESCOLA QUE PROTEGE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro responsável o representante legal, gostaríamos de obter os eu consentimento para a participação voluntária da pesquisa do menor \_\_\_\_\_.  
Trata-se do Plano de Intervenção Educacional “**A PERCEPÇÃO DOS JOVENS ESCOLARES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA SOBRE OS DIREITOS JUVENIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA ZENITE DOS SANTOS**” que será realizado no Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos, trabalho vinculado à Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Centro de Educação Superior à Distância CESAD. Pretende-se levantar dados sobre o que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola. Os pesquisadore responsáveis pelo projeto são: Jairo da Silva e Marly da Silva Santos, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Adriane Damascena e a coorientadora professora Dr.<sup>a</sup> Denise Leal Fontes A. Leopoldo pede autorização para realizar uma Entrevista com dados relevantes sobre esse assunto.

O nome do(a) aluno(a) não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante o seu anonimato, a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar o(a) voluntário(a). Não será cobrado nada, também não haverá taxas, nem indenizações ou ressarcimentos, bem como haverá qualquer vantagem ou remuneração. Se o(a) Sr(a) concordar em conceder esse levantamento de dados, as informações prestadas serão de grande utilidade para traçar um quadro sobre a realidade do sistema educacional na cidade povoado Lagoa Redonda, Porto da Folha - SE como na Rede Estadual de Educação.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, sem identificação, sendo guardada em segredo para sempre. Para qualquer outra informação ou esclarecimento de qualquer dúvida relacionada à presente pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com os pesquisadores pelo telefone (79) 98114650 / 99835452 ou pelo e-mail: jairo\_silva-22@hotmail.com.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG n° \_\_\_\_\_ fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e os objetivos da pesquisa, bem como a forma de participação do(a) menor \_\_\_\_\_.

Eu li e compreendi esse termo de consentimento, portanto concordo em dar o meu consentimento na participação do(a) menor como voluntário (a) na pesquisa, sem dúvidas, sabendo que não vamos ganhar nada e que teremos a nossa identidade resguardada. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinado, que vou guardar.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura d(a) participante)

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
cidade, data

\_\_\_\_\_  
(Pesquisador/a)

\_\_\_\_\_  
(Pesquisador/a)

## ANEXO III: MODELO DA CARTA DE COMPROMISSO DE PESQUISA



Universidade Federal de Sergipe  
Centro de Educação Superior a Distância  
Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar  
(Escola que Protege)

<b>DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	
<b>Instituição de Ensino:</b>	Universidade Federal de Sergipe – UFS Centro Superior de Educação à distância – CESAD
<b>Curso:</b>	Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege)
<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço:</b>	Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos” Jardim Rosa Elze s/nº, Departamental III, sala 01
<b>Cidade/Estado:</b>	São Cristóvão / SE

<b>DADOS DO DISCENTE/PESQUISADOR</b>			
<b>Discente/pesquisador:</b>			
<b>Matrícula:</b>		<b>Tel/Cel:</b>	
<b>Endereço:</b>			
<b>Cidade:</b>		<b>CEP:</b>	
<b>CPF:</b>	<b>RG:</b>	<b>ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b>	<b>UF:</b>
<b>E-mail:</b>			
<b>Orientador:</b>			
<b>Telefone:</b>			
<b>E-mail:</b>			

<b>DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE</b>
--

<b>PARA PESQUISAS REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:</b>	
<b>Escola:</b>	
<b>Telefones:</b>	<b>Código Inep:</b>
<b>Endereço:</b>	
<b>Cidade:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Diretor ou Coordenador responsável na escola:</b>	
<b>Telefones:</b>	
<b>E-mail:</b>	

PARA PESQUISAS REALIZADAS EM OUTROS ESTABELECIMENTOS:	
Local de realização da pesquisa:	
CNPJ:	
Telefones:	
Endereço:	
Cidade:	CEP:
Responsável pelo estágio:	
Telefones:	
E-mail:	

**Cláusula 1ª:** O presente termo de compromisso formaliza a realização de pesquisa para a realização de Trabalho de Conclusão de Curso em formato de Plano de Intervenção **de caráter obrigatório**, para o recebimento do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infante-Juvenis no Ambiente Escolar – Escola que Protege, visando a realização de atividades compatíveis com a programação curricular e projeto pedagógico do curso.

**Cláusula 2ª:** O aluno/pesquisador desenvolverá as suas atividades na área de educação e direitos infante-juvenis, constando em seu Plano de Atividades a realização de entrevistas com professores ou profissionais ligados a redes de proteção, realização de observação de campo e levantamento/pesquisa de documentação da instituição como Projeto Pedagógico, Regimento Interno, Currículo, Projetos, entre outros.

**Cláusula 3ª:** A pesquisa será realizada no período de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

**Cláusula 4ª:** Não há jornada de atividade de estabelecidas, o aluno/pesquisador atuará de acordo com dias e horários previamente estabelecidos com o responsável pela instituição em questão.

**Cláusula 5ª:** São obrigações da INSTITUIÇÃO DE ENSINO (UnB):

- notificar a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE quando ocorrer a transferência, trancamento de curso, abandono ou outro fato impeditivo da continuidade do estágio;
- indicar orientador da área a ser desenvolvida no estágio para acompanhar e avaliar as atividades do estagiário;

**Cláusula 6ª:** São obrigações do ALUNO/PESQUISADOR:

- cumprir com empenho e interesse toda a programação estabelecida para seu estágio;
- observar e cumprir as normas internas da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, inclusive as relativas ao sigilo e confidencialidade das informações a que tiver acesso;
- informar imediatamente à INSTITUIÇÃO DE ENSINO (UnB) a rescisão antecipada do presente termo para que possam adotar as providências administrativas cabíveis;
- informar de imediato a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula na INSTITUIÇÃO DE ENSINO (UnB);
- manter atualizado, junto INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, seus dados pessoais e escolares.
- assinar o presente termo e entregar uma via a cada parte;

**Cláusula 7ª:** São obrigações da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:

- ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

- b) indicar um funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional compatível com a área de conhecimento do estagiário, que deve atuar de forma integrada com o orientador da Universidade de Brasília;
- c) entregar, ao final de realização do estágio, declaração que confirme a presença e participação do aluno/pesquisados.

**Cláusula 8ª** - O presente Termo de Compromisso de Pesquisa somente poderá ser prorrogado ou alterado mediante assinatura de termo aditivo, podendo, no entanto, ser:

- a) extinto automaticamente ao término do estágio;
- b) rescindido por deliberação da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE ou do Aluno Pesquisador;
- c) rescindido por conclusão, abandono ou trancamento de matrícula do curso realizado pelo estagiário.

**Cláusula 9ª** – A INSTITUIÇÃO DE ENSINO, a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, e o ALUNO PESQUISADOR, signatários do presente Termo de Estágio, de comum acordo com os termos ora ajustados, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Aluno/pesquisador

\_\_\_\_\_  
Coordenadora do Curso Escola que Protege  
(assinatura e carimbo)

\_\_\_\_\_  
Instituição concedente  
(assinatura e carimbo)

## ANEXO IV: DIAGNÓSTICO SOCIAL

1. Ano:		2. Idade:		3. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	4. Seus pais recebem algum benefício do Governo Federal (Bolsa família e outros)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
5. Sempre estudou em escola pública?		<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não		6. Se não, quanto tempo estudou em escola particular?		.....anos	7. Em qual(is) série(s)?		.....série(s)

8. Como você vem até a escola?	
<input type="checkbox"/> a pé.	<input type="checkbox"/> de bicicleta.
<input type="checkbox"/> de ônibus.	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____.
<input type="checkbox"/> de carro.	
9. O que você faz enquanto não está na escola?	
<input type="checkbox"/> Trabalha.	<input type="checkbox"/> Fica em casa.
<input type="checkbox"/> Faz cursos.	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____.
<input type="checkbox"/> Ajuda em casa.	_____.

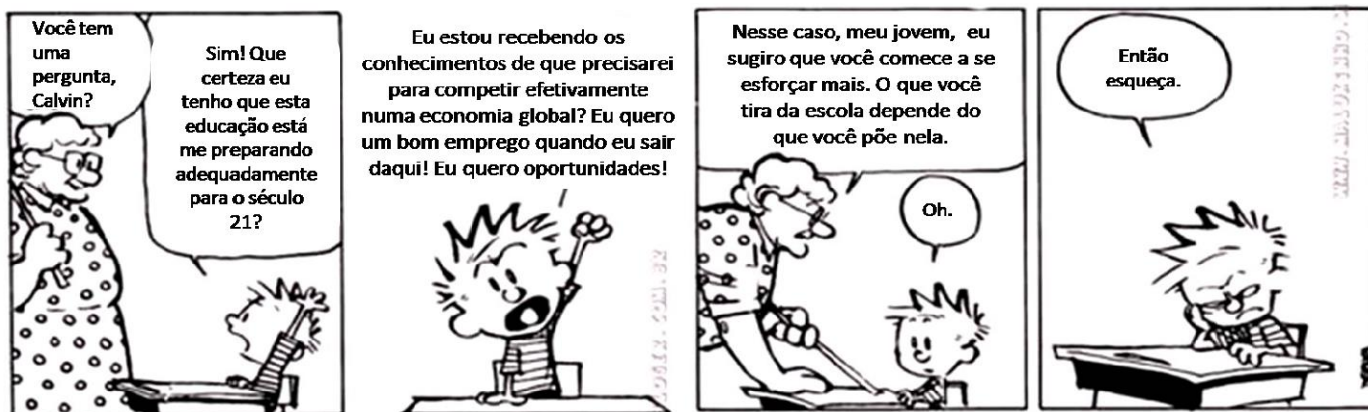
10. Você considera que sua família participa de atividades na escola (como reuniões por exemplo):	
<input type="checkbox"/> Sempre.	<input type="checkbox"/> Pouco
<input type="checkbox"/> Sempre que pode.	<input type="checkbox"/> Nunca.
<input type="checkbox"/> As vezes.	

11. O que você pretende fazer quando terminar o Ensino Médio?			
Faculdade/Universidade <input type="checkbox"/>	Trabalhar <input type="checkbox"/>	Descansar: <input type="checkbox"/>	Nem trabalhar nem estudar <input type="checkbox"/>
Não tenho idéia/não pensei no assunto <input type="checkbox"/>			

12. O que ou quem você acha que lhe ajudou a tomar essa decisão?

13. O que é mais importante para ser bem sucedido na carreira profissional? Numere as alternativas abaixo de 1 a 3 conforme a ordem de importância e explique porque você acha isso.			
<input type="checkbox"/> Estudar muito .	<input type="checkbox"/> Trabalhar muito.	<input type="checkbox"/> Ter boa aparência	

14. Leia o quadrinho de Calvin abaixo:



15. O que você acha da escola em que estuda (marque um X em apenas uma alternativa), depois justifique sua resposta.			
<input type="checkbox"/> Péssima	<input type="checkbox"/> Razoável	<input type="checkbox"/> Boa	<input type="checkbox"/> Ótima

## ANEXO V: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Universidade Federal de Sergipe  
 Centro de Educação Superior a Distância  
 Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar  
 (Escola que Protege)

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

<b>I – A ESCOLA</b>
Localização (cidade, centro, interior, povoado); Estrutura (reformada ou não, quantas salas de aula, espaços para recreação); Níveis de Ensino ofertados e os turnos Quantidade de alunos Quantidade de professores (quadro completo ou falta de professor?);
<b>II – CONTEXTO ESCOLAR</b>
Relação professor-aluno (como se comportam, como interagem, conversam, brigam, gritam?); Relação aluno e diretoria/secretaria/equipe pedagógica (como se relacionam?); Iteração entre os alunos na escola (durante as aulas e durante o(s) intervalo(s)); Merenda escolar (a escola oferece, o que?, como? em que turnos?); Biblioteca (Possui? É utilizada? Aberta? Fechada?); Sala de vídeo (ou multimídia) (Possui? Como é utilizada?); Grêmios escolares (Possui? Existe sala para o grêmio? É atuante?).
<b>III – ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA</b>
Organização e utilização do espaço escolar; Utilização de textos e livros didáticos (Possui livro didático para todos os alunos em todas as disciplinas?); Realização de projetos (Desenvolve projetos? Quais? Todos os anos?); PPP (Existe? É utilizado? Está atualizado? Os professores têm conhecimento?); Currículo Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Regimento Escolar (Existe? Está atualizado? Os professores ajudaram a construir? Os professores têm conhecimento?); Conselho escolar (Existe? É atuante? Quem participa? Como funciona?); Como é elaborado o Calendário Escolar? Como é organizado o HTPC( Horário de Trabalho Pedagógico) e Reuniões Pedagógicas? Como são elaborados os Planos de Ensino? Existem projetos interdisciplinares? Quais são os procedimentos pertinentes à avaliação e à recuperação de alunos? Quais são os assuntos abordados nas reuniões de pais? Há estratégias para garantir as informações sobre aprendizagem dos alunos?
Observações: